

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

CONCEITO DE PRIVAÇÃO MATERNA NA TEORIA DE JOHN BOWLBY: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Kaira Neder, Katia de Souza Amorim

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4864>

Submetido em: 2022-10-13

Postado em: 2022-10-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

CONCEITO DE PRIVAÇÃO MATERNA NA TEORIA DE JOHN BOWLBY: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

KAIRA NEDER

Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, Brasil. nederkaira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8047-2996>

KATIA DE SOUZA AMORIM

Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, Brasil. katiamorim@fflcrp.usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0544-6370>

RESUMO: A tessitura deste trabalho almejou a construção de um panorama acerca da emergência da Teoria do Apego de John Bowlby, particularmente quanto à noção de separação da criança pequena da figura materna e aos efeitos deletérios daquela para o desenvolvimento socioemocional na primeira infância. Nesta perspectiva, o texto buscou elucidar o contexto histórico de emergência desse conceito, assim como suas repercussões para os campos que se ocupam dos estudos sobre a infância, em especial a Educação Infantil. Para tal, concebeu-se esse texto em três partes. Primeiramente, será abordado o histórico da “descoberta da infância” e do conseqüente centramento da família na criança e de “governos da infância” postos ao encargo da mãe. Em um segundo momento, caminharemos em direção aos escritos bowlbyanos, particularmente a partir da leitura dos primeiros dois volumes da trilogia “Apego e Perda” e do relatório elaborado por ele para a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1951. Seguindo esse fluxo, em uma terceira parte, tratar-se-á da proporção que essa teoria tomou: sua difusão em termos de políticas públicas em diferentes culturas e do caráter quase dogmático - com sérias implicações - de seus preceitos que foram encampados em áreas como a Psiquiatria Infanti, Psicologia do Desenvolvimento e Pedagogia.

Palavras-chave: apego, Teoria do Apego, vínculo, privação materna, educação infantil.

MATERNAL DEPRIVATION' CONCEPT IN JOHN BOWLBY'S THEORY: IMPACTS ON EARLY CHILD EDUCATION AND CARE

ABSTRACT: This work aimed to build an overview about the emergence of John Bowlby's Attachment Theory, particularly regarding the notion of separation of the young child from the mother figure and the deleterious effects of the former on socio-emotional development in early development. In this perspective, the text sought to elucidate the historical context of the emergence of this concept, as well as its repercussions for the fields that deal with studies on childhood, especially Early Childhood Education and Care. To this end, this text was conceived in three parts. Firstly, the history of the “discovery of childhood” and the consequent centering of the family on the child and the “governments of childhood” placed in the charge of the mother will be addressed. In a second moment, we will move towards Bowlby's writings, particularly from the reading of the first two volumes of the "Attachment and Loss" trilogy and the report prepared by him for the World Health Organization (WHO), in 1951. Following this, in a third part, one will deal with the proportion that this theory took: its diffusion in terms of public policies in different cultures and the almost dogmatic character - with serious implications - of its precepts that were taken over in areas such as Child Psychiatry, Developmental Psychology and Pedagogy.

Keywords: attachment, Attachment Theory, bond, maternal deprivation, early childhood education and care.

EL CONCEPTO DE LA PRIVACIÓN MATERNA EN LA TEORÍA DE JOHN BOWLBY: IMPACTOS EN LA EDUCACIÓN Y CUIDADO INFANTIL

RESUMEN: Este trabajo tuvo como objetivo construir un panorama sobre la emergencia de la Teoría del Apego de John Bowlby, particularmente en lo que se refiere a la noción de separación del niño pequeño de la figura materna y a sus efectos deletéreos para el desarrollo socioemocional en la primera infancia. En esta perspectiva, el texto buscó elucidar el contexto histórico de emergencia de ese concepto, así como sus repercusiones para los campos que se ocupan de los estudios sobre la infancia, especialmente la Educación Infantil. Para ello, se concibió este texto en tres partes. Primeramente, será abordado el histórico del “descubrimiento de la infancia” y de la consecuente centralización de la familia en el niño y de “gobiernos de la infancia” puestos al cargo de la madre. En un segundo momento, caminaremos rumbo a los escritos bowlbyanos, particularmente a partir de la lectura de los primeros dos volúmenes de la trilogía “Apego y Pérdida” y del informe elaborado por él para la Organización Mundial de la Salud (OMS), en 1951. Siguiendo ese flujo, en una tercera parte se tratará de la proporción que tomó tal teoría: su difusión en términos de políticas públicas en diversas culturas y el carácter casi dogmático – con serias implicaciones – de sus preceptos que fueran aceptos en áreas como la Psiquiatría Infantil, la Psicología del Desarrollo y la Pedagogía.

Palabras clave: apego, teoría del apego, vínculo, privación materna, educación infantil.

INTRODUÇÃO

Da descoberta da infância à culpabilização materna

Historicamente, nem sempre o bebê e a criança pequena possuíram o status e a visibilidade contemporânea. Esta última foi de tal monta no século XX, que este passou a ser denominado de “século da criança” (Lindenmeyer & Sandin, 2008), fazendo surgir novos sentimentos e ações em relação a essa faixa etária (Desjardins, 1998). Esta descoberta da infância, porém, não teria sido natural, mas ligada a questões político-econômicas, numa perspectiva de promoção da vida adulta futura e produtiva. Nesse sentido, a noção de infância teria se erigido lentamente, a partir do século XVI (Ariès, 1960/1981), dentro do processo de constituição e fortalecimento dos Estados-Nação (Desjardins, 1998)¹. Nesse processo, as pessoas passaram a ser consideradas como riqueza nacional, surgindo preocupações com a população, o que levou ao desenvolvimento da demografia considerando diversas variáveis (idade, sexo, etc.). O refinamento estatístico fez surgir a questão da mortalidade - particularmente, a alta mortalidade infantil - gerando inquietude pela preocupação com o futuro das nações (Badinter, 1985; Donzelot, 1980). A criança tornou-se então um problema político-econômico e uma questão social, situação que desvelou a necessidade de constituição de um projeto com a meta de regenerar a população e prevenir a degenerescência em favor da reprodução da força de trabalho com saúde (Armstrong, 1986).

¹ Não pretendemos aqui partir de uma perspectiva analítica vinculada a Ariès (1960/1981). Assim como pontuado por Gadelha (2019) e, principalmente por Donzelot (1980), entendemos que o processo de irradiação do modelo de família nuclear da família burguesa com direção às classes menos abastadas originando um sentimento unívoco de infância não é suficiente para compreender esse fenômeno. Nas palavras de Gadelha (2019): “[...] a modernidade deu ensejo à construção mais ou menos simultânea de duas distintas concepções de infância: de um lado, uma infância ‘pequeno-burguesa’ [...]; de outro, uma infância que emerge como o negativo dessa primeira, infância proveniente das famílias pobres e operárias, e que evoca, por seu turno, ‘carência’, ‘deficiência’, ‘diferença’, ao mesmo tempo em que é caracterizada pelos signos do abandono, do desvio, da patologia social, do risco, da periculosidade e da delinquência” (p. 346). No entanto, concordamos ser inegável o fato desvelado por Ariès (1960/1981) no que se refere a um progressivo centramento em torno da figura da criança a partir do século XVI.

Às crianças, sobrepôs-se o aspecto da infância, destacando-se condições físicas e econômicas requeridas para a sobrevivência até a idade adulta (Badinter, 1985; Donzelot, 1980). Coube à pediatria e aos higienistas fazer uso dos novos conhecimentos, estabelecendo medidas de ação sobre o ambiente considerado não saudável (Desjardins, 1998). Passou-se assim a buscar razões da irresponsabilidade no trato das crianças e a discutir o afrouxamento dos laços afetivos entre pais e filhos, além da considerada falta de educação física, moral e intelectual das mães (Armstrong, 1986). Assim, a Higiene se insinuou na intimidade das vidas, passando a impor uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época (Costa, 1999).

Nessa perspectiva, a família burguesa passou também a sofrer medidas saneadoras, sendo estabelecido um conjunto de práticas, que propunha a reorganização das famílias em torno da conservação e educação das crianças (Armstrong, 1986; Costa, 1999). Enquanto se alterava o perfil sanitário da criança, foi sendo modificada também a feição social da família, redefinindo novas formas de convivência, assinalando a cada membro novos papéis e funções (Vaitsman, 1994), os quais resultaram na integração da criança em uma matriz de ligações familiares e materno-afetivas (Armstrong, 1986). Veicularam-se, a partir disso, discursos convocando as mulheres ao cuidado de sua prole para garantir a sobrevivência das crianças (Badinter, 1985; Donzelot, 1980).

Destaca-se em meio a todo esse processo político, econômico e cultural, o histórico das políticas relativas à maternidade e ao governo da infância na Inglaterra, de modo a se discriminar o berço da elaboração da Teoria de Apego. Especificamente, no território britânico existia, desde o século XVI, o sistema de *Poor Laws*, com o intuito de auxiliar os pobres, principalmente crianças legítimas e ilegítimas, além de mulheres (Caroli, 2017). Esta autora destaca, no entanto, que até meados do século XX o contexto histórico e socioeconômico da Inglaterra apresentava quantidades exíguas de orfanatos, além de uma baixa difusão de instituições de educação infantil, e com uma prerrogativa de que o cuidado das crianças deveria se dar diretamente pela figura materna no ambiente doméstico.

A despeito dessas particularidades, o contexto britânico acompanhou as tendências europeias: entre fins do século XVIII e o século XIX, emergiram instituições sociais de cuidado, a partir do entrelaçamento entre público – tutelamento pelo Estado, fortalecido por discursos médicos, judiciários, etc. – e o nível privado – isto é, a própria instituição familiar. Esse processo de tutelamento pelo Estado foi marcadamente direcionado a uma infância considerada “perigosa”, oriunda das classes operárias e menos abastadas. Neste contexto, durante o século XIX, a infância passou a ser concebida como um período de estabelecimento de maus hábitos. Estatísticos, organizações religiosas, filantropos e médicos alocavam, no ambiente doméstico e a ausência de moral em que a criança se inseria, a origem do desenvolvimento da criança delinquente ou em risco de se tornar delinquente (Donzelot, 1980). São formuladas leis que conferem poder estatal sobre famílias consideradas moralmente incapazes (majoritariamente da classe baixa) e uma progressiva institucionalização dessas crianças, tanto das mais favorecidas em escolas, quanto das “problemáticas” e abandonadas em internatos e casas de correção (Donzelot, 1980). Na Inglaterra, esse processo encontrou seu lugar a partir de 1854, quando atos concatenados estabeleceram lugares específicos – escolas reformatórias e escolas industriais – para crianças consideradas “em perigo” e “perigosas” (Rose, 1999).

Apesar de um declínio nas taxas de mortalidade infantil durante o século XIX, esses esforços não repercutiram na involução desejada em território britânico, desdobrando-se a investigação desses problemas por um Comitê Interdepartamental de Deterioração Física. Os resultados determinaram como

“causas” da mortalidade infantil o comportamento materno tido como irresponsável: o trabalho materno; a provisão inadequada de cuidado e comida, ocasionada pela empregabilidade materna etc. (Moore, 2013)². De acordo com Moore (2013): “A invenção da “mãe ruim” teve o efeito de transferir a culpa de causas práticas, como saneamento, para questões morais: as deficiências da própria mulher” (p. 62). O alvo eram as mães da classe trabalhadora, as quais eram referidas como ignorantes e irresponsáveis, não conhecedoras dos preceitos da “maternidade científica” propagada por médicos, associações e especialistas.

Vê-se emergir, com o florescer de 1910 até atingir seu apogeu após a Segunda Guerra Mundial, uma nova forma de conceber os problemas da infância (Rose, 1999; van der Horst *et al.*, 2020). O foco em voga desde o século XVIII persiste na figura materna, que passa agora a ser também responsável pelo desenvolvimento psíquico da criança. A relação entre a mãe e a criança é lida sob a égide das teorias psicanalíticas, que se imiscuem progressivamente dentro dos serviços públicos e órgãos institucionais, e inclusive adentram as casas a partir do rádio e das revistas femininas (Badinter, 1985; Donzelot, 1980; Rose, 1999).

Rose (1999) destaca uma obliteração das fronteiras entre os diferentes tipos de problemas envolvendo a infância: a pobreza, a delinquência ou a enurese, passam a ser concebidos “em termos que abrangem e vinculam o perigoso e o ameaçado em uma única dimensão de ajuste e desajustamento” [...] (p. 157). Com a diluição das fronteiras que separavam a criança carente da delinquente, isto é, com ambos os “transtornos” sendo concebidos como fruto de falhas do desenvolvimento psíquico oriundos da relação primeva, torna-se mister a promoção da “higiene mental”. Das teorias higienistas/eugenistas do início do século XX para um higienismo mental, o perigo deixa de se relacionar somente com a influência do ambiente físico, passando a se reportar também ao ambiente moral. Há uma transformação do perigo da *hereditariedade*, no sentido biológico do termo, e os danos passam a se perpetuar através da *transmissão psíquica*. É dentro desse contexto discursivo que emerge a figura de John Bowlby e sua teoria sobre os efeitos socioemocionais da privação materna na primeira infância (Rose, 1999).

Este fato aponta para outro aspecto relevante dos discursos dirigidos às mães no século XX: o psicologismo. Instaurou-se o primado da psicologia, que se imiscuiu progressivamente na construção da sociedade e dos indivíduos. Houve uma difusão da linguagem psicológica como descrição pessoal, construindo um senso comum nos países ocidentais, que passaram a se descrever e a compreender a si mesmos como “habitados por um profundo e interno espaço psicológico” (Rose, 2008, p. 155). Além disso, ela invadiu os âmbitos dos serviços públicos dirigidos às famílias, à infância e a escolarização, instaurando padrões de normalidade (Badinter, 1985; Donzelot, 1980). Em consonância com outros países do mundo, na Inglaterra, a difusão televisiva e jornalística catapultou a medicina prescritiva direcionada às mulheres. Era comum que médicos e psicanalistas ingleses, franceses e americanos renomados - como Françoise Dolto, Donald Winnicott e John Bowlby - fossem a público para dar conselhos sobre os cuidados ideais de crianças (Vicedo, 2011).

Portanto, o trabalho de Bowlby se desenvolveu dentro de um contexto histórico onde questões sobre o papel materno no desenvolvimento de patologias e psicopatologias já vinham se sedimentando desde o século XVIII. A relação entre a mãe e a criança é lida por Bowlby neste contexto

² Por exemplo, o Relatório observou que as mortes por doenças dos órgãos respiratórios ocorrem constantemente “devido à prática das mães exporem crianças com roupas imperfeitas ao frio enquanto focam com os vizinhos” (Moore, 2013, pp. 59 – 60).

sócio-político inglês, sob a égide das teorias já presentes à época, como a psicanálise, a etologia, e a teoria dos sistemas de controle (Bowlby, 1969/2002). É dentro desse contexto discursivo que emergem a figura de John Bowlby e sua teoria sobre os efeitos socioemocionais da privação materna na primeira infância (Rose, 1999). Cabe, no próximo tópico, compreender o modo como essa transmissão psíquica foi conceituada por Bowlby, isto é, cabe elucidar, a partir de sua letra, a natureza desse laço afetivo mãe-bebê e como a separação desta figura ocasionaria efeitos deletérios no desenvolvimento posterior.

A TEORIA DO APEGO DE JOHN BOWLBY

John Bowlby nasceu em 1907, na cidade de Londres. Em 1925, iniciou seus estudos de medicina em Cambridge, vindo a se formar como psiquiatra em 1933 (van der Horst & van der Veer, 2009; van Dijken *et al.*, 1998). Ao longo de toda sua formação, o interesse pela psicanálise foi crescente, o que o levou ao início de sua própria formação psicanalítica em 1929, junto à Sociedade Britânica de Psicanálise. O trabalho de Bowlby em instituições com crianças/adolescentes com problemas de desenvolvimento socioemocional e delinquência juvenil (como a escola Priority Gates), além das suas experiências como clínico na Sociedade de Psicanálise, direcionavam-no cada vez mais para a conexão de causa-efeito entre a separação da figura materna e problemas no desenvolvimento socioemocional da criança (van Dijken *et al.*, 1998).

No entanto, a premissa de Bowlby acerca da preponderância dos aspectos de ordem exterior (relação com a mãe) sobre os conteúdos internos na origem de problemas socioemocionais repercutiram de modo negativo na Sociedade de Psicanálise. Com isso, Bowlby foi progressivamente se direcionando para a Clínica Tavistock, considerada eclética, na qual a premissa de uma necessidade primitiva de segurança em decorrência do desamparo e da dependência do bebê era extremamente difundida (van der Horst & van der Veer, 2009; van Dijken *et al.*, 1998).

Em 1948, já como chefe da Tavistock, Bowlby buscou e obteve financiamento para sua própria pesquisa acerca dos efeitos da separação da figura materna (van der Horst & van der Veer, 2009), nos primeiros anos de vida sobre o desenvolvimento (Bowlby, 1969/2002). O trabalho, ao encargo de James Robertson e Bowlby, envolveu observações de grupos de crianças, entre 18 meses e 4 anos, que haviam sido separadas de seus pais durante períodos que variavam desde poucos dias até semanas, em função da ida para “creches residenciais” [*residential nurseries*] ou para hospitais (Bowlby, 1969/2002 p. 30). A partir da observação da reação das crianças no período de separação e no momento do reencontro, Robertson e Bowlby postularam uma sequência previsível de comportamento: protesto [*protest*], desespero [*despair*] e desapego [*detachment*] (Bowlby, 1969/2002).

Essa questão causou divergência entre os dois autores, já que para Robertson a ligação – o apego – não havia desaparecido e estava de alguma forma internamente representado, mesmo que o comportamento de apego estivesse ausente. Como suporte da visão de que o apego como uma ligação não havia sido perdido, ele apresentou observações de crianças cujo desapego brevemente deu lugar a comportamento de apego intenso após o reencontro com a mãe. Para Bowlby (1969/2002), no entanto, a sequência que culminava no desapego ocorreria quando uma criança de mais de seis meses fosse separada de sua mãe, fato que teria implicações cruciais para a psicopatologia, na medida em que as mesmas respostas e processos persistiriam “ativos” em adultos.

É em 1951 que o nome de Bowlby atinge uma projeção internacional, ao ser convidado pela OMS (Van der Horst *et al.*, 2020; Vicedo, 2011) para elaborar um relatório sobre a saúde mental de

crianças sem lar [*homeless*], frente ao alto número de crianças sem casas, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Bowlby conduziu, então, uma revisão de literatura investigando a correlação entre as experiências de separação e o desenvolvimento de comportamento patogênico. Em consonância com o que vinha discutindo e com o que havia visto no período em que trabalhou na Tavistock com crianças sem lar, Bowlby conclui que crianças privadas de suas mães estão em risco para adoecimento físico e mental.

De acordo com van der Horst *et al.* (2020), a análise dos diários de Bowlby e das anotações oficiais revelou que Bowlby “utilizou seletivamente as fontes relevantes e seguiu seu próprio interesse na separação mãe-criança” (p. 13). De qualquer maneira, o relatório tomou peso ao tratar dos efeitos da privação materna em crianças menores de cinco anos. Em seu relatório, Bowlby (1952) formula um princípio:

O que se acredita ser essencial para a saúde mental é que o bebê e a criança pequena experimentem um relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo com a mãe (ou mãe-substituta permanente), no qual ambos encontrem satisfação e prazer. [...] Um estado no qual a criança não tenha esse relacionamento é chamado de *maternal deprivation*. Este é um termo geral cobrindo um número diferente de situações. Ainda, a criança sofre privação mesmo quando vivendo em uma casa com a mãe (ou mãe permanente substituta) se essa mãe não é apta para fornecer-lhe o *loving care* de que uma criança pequena precisa. (p. 11)

A figura materna é então situada como a cuidadora natural. Além disso, o contexto ideal de cuidado de um bebê de até três anos é apontado como a casa familiar, não devendo envolver instituições do tipo internato ou mesmo de cuidado em grupo:

Mulheres sem marido mães de crianças com menos de cinco anos, e especialmente daqueles com menos de três que ainda não estão preparados para escola berçário ou qualquer forma de vida comunitária, têm a maior dificuldade na maioria dos países em ganhar a vida e cuidar dos filhos – *atividades que são incompatíveis quando as crianças são muito novas*. (Bowlby, 1952, p. 86, grifos nossos)

Ainda há, inclusive, sugestões de políticas públicas como a de subsídio governamental para que mães solteiras ou viúvas não precisem trabalhar e para que possam ficar com os filhos.

No que se refere à produção, há pouco ganho líquido em mão-de-obra feminina, desde que para cada cem mulheres empregadas cinquenta trabalhadores são necessários para cuidar dos bebês e, como todo industrial sabe, mães de bebês pequenos são trabalhadores insatisfatórios e frequentemente ausentes devido a doenças menores em casa. [...] Até que a criança tenha atingido esta idade, assistência econômica direta deve ser fornecida para a mulher. (Bowlby, 1952, p. 86)

No entanto, a definição de separação e os modos como ela operaria no desenvolvimento psíquico é aí apenas esboçada e estava longe do delineamento que ela tomaria na trilogia “*Attachment and Loss*”, quando o autor incorpora conceitos da etologia e de teorias dos sistemas de controle. No relatório de 1951, Bowlby situa a privação materna na esfera do biológico, na medida em que equipara a ausência “do organizador psíquico” com a privação de vitaminas para o desenvolvimento do organismo: “[...] o amor materno na primeira infância e infância é tão importante para a saúde mental como as vitaminas e proteínas para a saúde física” (Bowlby, 1952, p. 158). A necessidade da mãe toma no relatório um contorno vital, de necessidade biológica, o que ainda é apresentado a partir da nomenclatura psicanalítica (Bowlby, 1952).

A Teoria do Apego

Segundo Bowlby (1969/2002), o apego se constitui como uma disposição da criança de buscar proximidade com uma figura discriminada, com o intuito ou propósito³ da manutenção de segurança. Bowlby propõe que o vínculo que liga a criança à mãe é resultado da atividade de sistemas comportamentais da espécie. Nessa perspectiva, o vínculo que liga a criança à mãe é de natureza instintiva, isto é, segue um padrão previsível e comum a todos os membros da espécie, possui uma sequência comportamental definida e uma função biológica (Bowlby, 1969/2002). No caso da espécie humana, essa função relaciona-se com a proteção contra predadores com os quais indivíduos de todas as espécies compartilham seu habitat.

No entanto, para o autor esse comportamento instintivo não é herdado, mas “um potencial para desenvolver certos tipos de sistemas”, denominados de sistemas comportamentais. Em termos gerais, em momento de desconforto, fome, doença ou ameaça, dá-se a ativação desse sistema e o bebê emite comportamentos mediadores de apego, com o propósito de aproximá-lo da figura de apego e garantir, assim, o seu cuidado, a proteção e a sobrevivência. Bowlby (1969/2002) propõe duas classes de comportamentos mediadores: o de assinalamento, em que o bebê vocaliza, sorri, balbucia ou chora com o propósito de atrair a figura de apego; e o de aproximação/executório⁴, em que há uma regulação ativa da proximidade, ao engatinhar ou apontar com relação à figura de apego. No caso do sistema comportamental de apego corrigido para a meta, quando se dá sua ativação, o bebê emite uma sequência de comportamentos (ele sorri, ele chora, ele vocaliza), com o propósito de atingir uma meta, no caso atrair a proximidade com a figura de apego ou mantê-la dentro de uma distância espacial considerada ótima.

No que concerne à seleção da figura de apego, a teoria concebe o modelo de vinculação precoce como diádico, visto que o bebê constituiria o apego com apenas uma figura, usualmente a mãe. O autor pontua que, desde o início da vida do bebê, há emissão de comportamentos mediadores de apego para figuras variadas. No entanto, existe uma hierarquia no trato da criança para com elas. Como supracitado, o apego implica a emissão de comportamentos mediadores de apego (sorriso, vocalização, olhar etc.) ou a retirada dos mesmos (cessar de choro), diferenciais com a figura de apego em detrimento de outras. Além disso, o bebê que constituiu uma relação de apego utiliza a figura de apego como base segura, enquanto realiza excursões exploratórias de modo diferencial (Bowlby, 1969/2002).

As figuras de apego subsidiárias operam como pares de brincadeira, a quem o bebê emite comportamentos de afeto positivo, mas que não são eficazes em fornecer o suporte necessário em momentos de desconforto ou doença (quando o sistema de apego é ativado). Ainda, na medida em que a interação com as figuras subsidiárias resulta da ativação do sistema exploratório⁵, a interação com essas

³ Bowlby utiliza o termo “purposive” ou seu derivado “purposiveness” para descrever o que é denominado uma correção para a meta dos comportamentos de apego, que ocorrem com esse propósito de atrair proximidade com a figura de apego. No entanto, ele deixa claro que não está designando uma intencionalidade ao bebê, na medida em que a correção para a meta, por se tratar de um sistema comportamental de origem evolutiva e biológica, designa apenas uma reorientação do comportamento do apego a respostas do ambiente por um mecanismo que ele denomina de *feedback*. (Bowlby, 1969/2002).

⁵ Para além do sistema comportamental de apego, Bowlby (1969/2002) concebe um sistema comportamental complementar ao de apego: o sistema exploratório. A ativação desse sistema dá-se frente a uma novidade e à medida que o bebê se sente seguro na relação com a figura de apego. A partir disso, o bebê a utiliza como uma base segura, à qual pode retornar em momentos em que se sentir ameaçado e se aproxima e manipula objetos-estímulos (brinquedos, por exemplo)

outras figuras dar-se-á apenas se o bebê estiver seguramente apegado à figura de apego (Bowlby, 1969/2002).

Um dos aspectos ressaltados acerca do cuidado materno derivou das observações de Ainsworth que, entre 1954-1955, ao longo de nove meses, observou 26 famílias com seus bebês de um a 24 meses de idade, em Uganda (Ainsworth *et al.*, 1978). Tanto para Bowlby (1973/2004), quanto para Ainsworth *et al.* (1978), a figura de apego é sensitiva, quando ela provê os cuidados, o calor e a prontidão na resposta; e, ao mesmo tempo, ela encoraja a autonomia da criança, permitindo que ela explore o ambiente, levando à formação, na criança, de um modelo interno de apego seguro. Do contrário, na ausência de uma responsividade adequada, o bebê desenvolveria um apego referido como inseguro (Ainsworth *et al.*, 1978; Bowlby, 1973/2004).

Os achados de Ainsworth, juntamente com sua própria análise quanto aos dados empíricos coletados por Robertson em instituições com crianças hospitalizadas e afastadas dos pais (Van der Horst & van der Veer, 2009), levaram Bowlby (1973/2004) a construir a sua tese sobre a separação da figura de apego. A premissa - esboçada até então e delineada em seus pormenores no livro “Separação” – é firmada: a separação, mesmo quando por um período breve, constitui-se como extremamente danosa para as crianças de até três anos de idade e repercute de modo negativo ao longo da vida, com a possibilidade do desenvolvimento de psicopatologias e comportamento delincente (Bowlby, 1973/2004).

Para destacar isso, Bowlby (1973/2004) cita ao longo de todo o seu livro um total de sete estudos⁶ acerca das separações breves, por curtos períodos de tempo, como na frequência a escolas maternas ou cuidados por terceiros. O autor se utiliza dessa maneira da apresentação de alguns estudos de terceiros para generalizar conclusões tiradas a partir dos seus próprios pressupostos elaborados com crianças separadas por longos períodos, de modo a concluir a tese sobre a separação.

[...] eles [os autores] conseguiram reunir farta evidência atestadora de que a matrícula em escolas maternas, feita muito antes do terceiro ano de vida, é, para a maioria das crianças, uma experiência indesejavelmente estressante. Os registros, em verdade, deixam claro que o desconhecimento da história natural do comportamento de apego, associado a um mal controlado entusiasmo, responsável pelo desejo de que as crianças se tornem rapidamente independentes e ‘maturas’, resulta em práticas que expõem as crianças e seus pais a uma dose exagerada de angústia e aflição desnecessárias. (Bowlby, 1973/2004, pp. 41-42)

A partir disso, Bowlby (1973/2004) propõe que as separações, mesmo por períodos breves, não devem ocorrer antes do terceiro aniversário da criança, por se tratar de um período crucial para que o apego se forme seguramente. Ao longo do segundo volume da trilogia, Bowlby esmiuça a maneira pela qual se daria a formação de um modelo de apego inseguro e como isso repercutiria em psicopatologias futuras.

De acordo com Bowlby, a presença da figura de apego se relaciona a uma rápida acessibilidade, enquanto a ausência é relativa à inacessibilidade dessa figura de apego. Essa inacessibilidade pode ser tanto temporária, como na separação; quanto definitiva, como na perda. Acerca da importância desse aspecto para seu modelo, Bowlby (1973/2004) propõe que “a figura de apego deve ser acessível, mais do que isso, contudo, deve estar disposta a responder de maneira adequada. Com relação a alguém

⁶ Os estudos por ele citados no capítulo três “O comportamento com e sem a mãe: caso dos seres humanos”: Heather, 1954; Janis, 1964; Moore, 1975; Moore, 1969a; Murphy, 1962; Shirley & Pointz, 1941; e Shirley, 1942. Nesses estudos os sujeitos são crianças que frequentam escolas maternas diariamente.

que sente medo, isso quer dizer disposição para agir como protetor e provedor de conforto” (p. 252). Dois conceitos são aqui destacados: a necessidade já exposta de um cuidado sensitivo e o papel do sistema comportamental de medo do bebê como um dos sistemas atores na formação do apego.

Bowlby situa o sistema comportamental de medo como inato, e que, assim como de apego, também possui uma função biológica (a de proteger o indivíduo frente a situações alarmantes), medo que interatuaria juntamente com o sistema de apego e exploratório, já expostos. De acordo com Bowlby, quando há uma *confiança* na disponibilidade da figura de apego, em caso de necessidade, há uma suscetibilidade muito menor de uma ativação intensa ou crônica desse sistema de medo (Bowlby, 1973/2004).

A formação dessa confiança e de um modelo de apego saudável dar-se-ia a partir de um prognóstico do acesso da figura de apego. Na medida em que transcorrem inúmeras situações em que essa figura está ou não acessível e que há uma capacidade cognitiva para tal, a criança forma modelos funcionais de *self* e da figura de apego. Ambos tratam de estados de mente descritos como “modelos funcionais de representação”, com o modelo de *self* se referindo ao grau de aceitabilidade de si pela figura de apego. Analogamente, com o modelo da figura se referindo à “ideia” que se tem acerca da figura de apego, de como encontrá-la e de como é ou não responsiva. É através desses modelos que a criança construirá os modelos funcionais de si e do mundo e, a partir deles, terá sua percepção do mundo moldada e elaborará planos (Bowlby, 1973/2004).

As separações, isto é, experiências de inacessibilidade temporárias, mesmo que breves, quando ocorridas sucessivamente nos primeiros três anos de vida teriam esse impacto, pois seria nesse “período sensível” que se daria o estabelecimento da confiança de que a figura de apego consiste em uma base segura, com a formação dos modelos internos através dos quais a criança vê a si e ao mundo (Bowlby, 1973/2004). Ainda, tanto para Bowlby (1969/2002; 1973/2004) quanto para Ainsworth *et. al.* (1978), o apego seguro estaria correlacionado com um cuidado sensitivo. De acordo com Bowlby (1973/2004), essas expectativas e a formação desse modelo de apego tendem a permanecer inalteradas até o fim da vida, na medida em que, como citado anteriormente, há a formação de um modelo de apego que persiste ativo mesmo na idade adulta.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, na elaborada teoria, entende-se que há uma necessidade de uma sensibilidade materna, com um cuidado atento aos sinais do bebê e trato caloroso e afetivo. Dever-se-iam também evitar ao máximo separações da figura materna, mesmo que breves, até os três anos de vida, na medida em que esses anos seriam cruciais para o estabelecimento da mãe ou cuidadora principal como uma base segura. Tal construção levaria a menor risco de desenvolvimento de transtornos socioemocionais no desenvolvimento da criança, pois na medida em que há a formação de uma base segura e há o estabelecimento da confiança na figura de apego, a criança desenvolveria um modelo representacional que seria generalizado para o modo como a criança vê o mundo e como ela se relaciona com os outros para o resto da vida.

REPERCUSSÕES DAS PRERROGATIVAS DE BOWLBY NO CAMPO DA INFÂNCIA

Como forma de adensar a discussão sobre a Teoria do Apego, discutiremos a seguir o alcance desse sistema de pensamento. Inicialmente, serão abordadas as contribuições de sua proposição. Na

sequência, serão tratados tópicos mais críticos envolvendo o conceito de separação e suas implicações para o desenvolvimento socioemocional, já que a questão trabalhada por Bowlby foi considerada por ele como de caráter universal (da espécie humana). Isso implicou em trazer considerações de pesquisas e reflexões envolvendo culturas não ocidentalizadas; e, ainda, debates ligados à própria reorganização socioeconômica e cultural, com os movimentos feministas, o trabalho feminino e o compartilhamento do cuidado/educação de filhos com instituições, mesmo de crianças nos três primeiros anos de vida.

Teoria do Apego e alicerce socioemocional: refinamento do olhar à primeira infância

Durante a década de 1960-1970, a teoria de Bowlby teve grande impacto e se tornou referência nos debates acerca do papel da família, do cuidado-materno, e das supostas consequências negativas do cuidado não-materno para a primeira infância. Internacionalmente, reconhece-se que sua obra se constituiu como das que mais marcaram a evolução da psicologia na segunda metade do século XX, gerando um incomensurável número de pesquisas sobre o papel fundamental do vínculo para o desenvolvimento da criança (Kude, 1994). Como afirma Keller (2008), houve o reconhecimento da contribuição seminal em termos de mudança de paradigma na compreensão da importância do alicerce socioemocional nos processos de desenvolvimento. Segundo Keller, com a teoria do apego, Bowlby teria destacado várias pedras fundamentais do campo, tais como ênfase do relacionamento socioemocional como fundante ao desenvolvimento; concepção de relacionamento como construto psicológico; funções adaptativas dos relacionamentos evoluídas na história da humanidade; interação dos relacionamentos com outros construtos de desenvolvimento, como a exploração; e, ligações conceituais entre desenvolvimento normal e psicopatologia (psiquiatria do desenvolvimento).

Apesar do amplo reconhecimento quanto às contribuições, uma série de críticas foram e vêm sendo levantadas pela comunidade acadêmica. Rosabal-Coto *et al.* (2017) afirmam que, de forma grave, conclusões têm sido veiculadas como resultado de pesquisas utilizando-se dos procedimentos e conceitos da Teoria do Apego para amostras de outras idades e de diversos contextos culturais, em situações fora mesmo do âmbito do laboratório e da pesquisa. Ainda, a prerrogativa do caráter monotrópico do vínculo do bebê implica concepções de que outros laços e relações não são significativamente estabelecidos e valorizados. Na discussão acerca da monotropia, proposta por Bowlby, a centralização na figura materna e em um modelo de sensibilidade têm sido amplamente questionados frente a dados transculturais (Keller, 2018; Scheidecker, 2019). Autores destacam, por exemplo, a importância de outros membros da família e de outros membros da sociedade, visto que mesmo em sociedades ocidentais, o cuidado é amplamente partilhado (Keller, 2017). Como ainda apontado por Lewis (1994; 2005), um bebê é capaz de desenvolver múltiplos apegos a depender da rede de cuidados e de convivência em que se insere a criança.

As generalizações da universalidade da teoria e de sua invariabilidade cultural

Desde o início da formulação de sua teoria, Bowlby foi criticado por não incorporar a variabilidade cultural em suas formulações, perspectiva que alguns autores indicam estar presente até hoje nos trabalhos dos adeptos à Teoria do Apego (LeVine, 2014; Vicedo, 2017). Keller (2008) chamou a

atenção, nesse sentido, para o modo como a teoria do apego tem sido tratada: como um sistema fechado, resistente às mudanças, não acompanhando o desenvolvimento do conhecimento no campo. Ao apresentar dados de culturas subsaarianas, Keller (2018) pontuou que crianças provindas dessas culturas não demonstravam ansiedade frente a estranhos e, portanto, não corresponderiam ao padrão de apego seguro, entendido que, nessas sociedades, o cuidado é amplamente partilhado entre os vários membros da família, inclusive por crianças.

Ainda, Scheidecker (2019) investigou, ao longo de 15 meses, 41 crianças nos seus primeiros anos de vida, em uma comunidade rural do sul de Madagascar. De acordo com o autor, nesses grupos, as crianças eram cuidadas por crianças mais velhas e por múltiplos cuidadores, a depender de quem estava perto e disponível. Assim, uma criança de um ano era pega, em média, por 14 pessoas diferentes em um período de 2 horas. Os adultos, a despeito de oferecerem constantemente o contato corporal, não se engajavam em contatos face a face, expressões emocionais e jogos com as crianças, enquanto as trocas entre as crianças eram fundamentadas em trocas afetivas. Mais uma vez, o conceito de sensibilidade materna e o de padrão de apego seguro não se encaixavam aqui.

LeVine (2014), nessa mesma linha, discutiu o estudo de Grossman et al. (1985) realizado no norte de Alemanha, dentro mesmo de uma cultura ocidentalizada. De acordo com o autor, Grossman e seus colaboradores teriam replicado cuidadosamente o experimento da Situação Estranha, de Ainsworth. Como resultado, teriam encontrado que 49% das crianças de Bielefeld possuíam um apego ansioso-evitativo. De acordo com LeVine (2014), isso implicaria dizer que quase metade das crianças dessa amostra estavam em risco de desenvolver problemas socioemocionais. O antropólogo discute, a partir disso, como o padrão de sensibilidade materna e o de apego seguro propostos por Bowlby não eram compatíveis com as práticas de cuidado e metas de desenvolvimento daquele grupo cultural, em que se tinha um ideal de independência e de não demanda da criança por parte dos pais e em que não era usual que as crianças ficassem em contato corporal constante com eles, após começarem a andar (Rosabal-Coto *et al.*, 2017).

Apesar de todo debate e investigações que levavam a vários questionamentos quanto a alguns princípios e alicerces da Teoria do Apego – particularmente, quanto à generalização de um modelo único de família, do qual derivam “fantasias” acerca do papel materno na primeira infância (Scarr *et al.*, 1990) - verificou-se uma recorrente transposição desta teoria para diferentes culturas e contextos. Mais do que isso, houve crítica à generalização da amostra analisada. Keller (2018), nesse sentido, argumentou que a psicologia – e a ciência no geral – tem sido produzida por uma parcela da população majoritariamente ocidental, branca, industrializada, rica, democrática e escolarizada, o que representa apenas 5% da população mundial, enquanto os correspondentes a uma cultura não-ocidental e rural correspondem de 30-40%. Para a autora, a Teoria do Apego é uma dessas teorias que não têm incorporado outras perspectivas fora de seu eixo.

A partir disso, Keller (2018) e outros autores (LeVine, 2014; Rosabal-Coto *et al.*, 2017) tecem críticas à generalização para além do contexto eurocêntrico, na medida em que um padrão de “sensibilidade materna” e de um tipo de apego, oriundo a partir de uma amostra que seria representativa de no máximo 5% da população, deveria embasar normativas em outras culturas (forma como crianças devem ser cuidadas, no tipo de estabelecimento da relação da mãe-criança etc.). Com isso, para esses autores, quando se dá essa transposição de conceitos base da Teoria do Apego para normativas, práticas parentais (Keller, 2018), e políticas públicas (Rosabal-Coto *et al.*, 2017), fomenta-se uma transposição de

um modelo eurocêntrico, ocidental, de camadas médias / médias altas e escolarizada sem considerar as variáveis culturais e socioeconômicas de determinada comunidade, população e contexto.

Teoria do Apego, movimentos feministas e compartilhamento dos cuidados / educação de filhos pequenos

Vicedo (2011) cita Sonya Michel ao afirmar que o discurso psicológico sobre a privação materna sobre a saúde socioemocional da criança representou “a mais veemente e explícita oposição tanto ao emprego materno quanto à creche” (p. 13), com repercussão nas áreas das políticas públicas e da educação infantil. Como indicado acima, a teoria teve contrapontos significativos ligados a debates de outros campos. Mais do que isso, ela emergiu em confronto com movimentos sociais à época, já que a teoria de Bowlby foi elaborada e apresentada no mesmo período da eclosão dos movimentos feministas na década de 1960/1970 (Scarr *et al.*, 1990).

Na pauta dos movimentos feministas, colocava-se a livre escolha da maternidade, maternidade não mais discutida como meta da vida da mulher. Questionava-se ainda o discurso de destino biológico inevitável da mulher, a maternidade devendo ser compreendida no contexto complexo das sociedades contemporâneas. Ademais, interligados a uma série de mudanças econômico-sociais (Durham, 1983), os debates feministas e as lutas por direitos de mulheres repercutiram em um aumento progressivo da empregabilidade feminina, particularmente de mulheres da camada média que passavam a compor ativamente o mercado de trabalho. Nesse contexto, houve a necessidade de ampliação da criação de redes de suporte, para o compartilhamento dos cuidados/educação de crianças e mesmo de bebês, enquanto as mães trabalhavam (Amorim & Rossetti-Ferreira, 1999).

No confronto entre discursos sobre o apego e a organização social/familiar que se transformava, a partir da década de 1980, os debates se acirraram tanto no âmbito acadêmico quanto na mídia, principalmente nos países anglo-saxões (Singer & Wong, 2019). Dentre os apoiadores de Bowlby, em consonância com a tese de prejuízos do cuidado não-materno na primeiríssima infância, Belsky (1988) apresentou uma metanálise de quatro estudos que tinham averiguado a correlação entre apego inseguro e frequência integral de bebês com menos de um ano a instituições de educação infantil. A conclusão de Belsky indicava que apenas um desses estudos não possuía como resultado uma correlação positiva entre cuidado não-materno no primeiro ano de vida e apego inseguro, correlação esta que nos demais trabalhos apontava a consequências negativas ao desenvolvimento socioemocional da criança.

A posição de Belsky recebeu grande atenção pela mídia norte-americana, dando suporte para aqueles que se opunham à legislação federal no sentido de incrementar tais instituições de educação infantil ou que se opunham ao estabelecimento de padrões nacionais de qualidade do cuidado infantil coletivo nos Estados Unidos (Fox & Fein, 1990). No processo, a publicação e os posicionamentos de Belsky (1988) geraram um agravamento da polarização no campo. A partir da narrativa oral de Carolee Howes, concedida a Singer e Wong (2019), Howes refere como ela e colegas estudiosas da área de psicologia do desenvolvimento de bebês foram acusadas por Belsky, no Wall Street Journal, de “moldar dados para argumentar que a creche é boa para os bebês. Porque nós éramos feministas!” (Singer & Wong, 2019, p. 4).

Contra-pondo-se às questões levantadas pelos teóricos do Apego, nos debates acadêmicos, houve questionamentos acerca dos aspectos metodológicos dos estudos e da ausência de evidências para afirmar tais resultados (Clarke-Stewart, 1988). Inclusive, alguns autores se propuseram a investigar a correlação entre apego inseguro e frequência à instituição de educação infantil utilizando-se da mesma metodologia que os estudos analisados por Belsky (1988). Os resultados contrariaram os achados anteriores: cuidado não-materno, em tempo integral, por si só não ocasionava efeitos posteriores deletérios (Goossens & VanIjzendoorn, 1990).

Belsky deu então sequência à sua investigação e, em 1996, apresentou resultados de um novo estudo em que ele próprio afirmou não ter sido identificada diferença significativa no apego relacionado ao tipo de cuidado. Mesmo em cuidados extensivos, precoces, instáveis ou de baixa qualidade, não tinha havido aumento da insegurança no apego. Segundo ele, nos anos 1990, parecia que o cuidado em creche no primeiro ano de vida do bebê não tinha um efeito direto, central sobre a segurança do apego dos bebês (Belsky, 1990). Ainda, a falha em demonstrar a correlação direta dos efeitos deletérios do cuidado não-materno em estudo longitudinal realizado em ampla escala por uma equipe americana (NICHD, 1997) acabou por repercutir em um quase cessar dessa discussão, com mudança de enfoque nas investigações concernentes à Educação Infantil (LeVine, 2014).

Um desses enfoques se deu no estudo e na discussão sobre a possibilidade de os bebês se apegarem às professoras das instituições de educação infantil, com a consequente aplicação um modelo materno-substitutivo neste contexto (Rosabal-Coto *et al.*, 2017). Para alguns autores, ao fazer isso, desconsideraram-se todas as particularidades do mesmo, ao focalizar a relação das crianças centralmente com a professora, desconsiderando inclusive o papel dos pares de idade (Ereky-Stevens *et al.*, 2018; Rossetti-Ferreira *et al.*, 2010).

Rosabal-Coto *et al.* (2017) citam que, na Alemanha, em serviços de cuidados não-maternos [*early school, nursery school, Kindergarten*] passaram assim a operar programas baseados na Teoria do Apego. Dentre estes, os autores citam o Modell zum Übergang in die Kita [Modelo para a transição para a creche], direcionado para o período de transição para a creche; referem ainda o SAFE [Safe Attachment Family Education], que propõe o treino dos pais para que a criança desenvolva um apego seguro⁷. De acordo com os autores, as professoras e os professores deveriam ser instruídos de modo a incorporar princípios da Teoria do Apego, para operar como base segura para a criança e a se direcionar individualmente para a criança (e não para o grupo). Eles citam que,

[...] uma hipótese amplamente difundida é de que a criança não pode aprender e ser educada devidamente quando ela é inseguramente apegada. Os slogans “*keine Bildung ohne Bindung*” [sem educação sem apego] e “*Bildung geschieht durch Bindung*” [a educação acontece através do apego] usados em creches alemãs para promover programas de educação infantil, mostram até que ponto a teoria do apego influenciou os currículos das creches. (Rosabal-Coto *et al.*, 2017, p. 347).

⁷ Rosabal-Coto *et al.* (2017) apresentou dados e reflexões acerca da difusão na atualidade da Teoria do Apego em treinamentos e conselhos oferecidos aos pais focalizados em treinamento dos pais para a provisão de um cuidado adequado. Nos Estados Unidos eles se encontram sob a égide da chamada “maternidade intensiva” [*intensive mothering*]. Existem também políticas públicas a nível nacional fundamentadas com o mesmo objetivo, como no Chile (*Chile Crece Contigo*) com o objetivo de promover orientações sobre o oferecimento de um cuidado sensível pelos pais e com embasamento na Teoria do Apego (Rosabal-Coto *et al.*, 2017). Em consonância com esse fato, Símondotir (2016), encontrou um alcance dos pressupostos da teoria do apego no denominado “país mais feminista do mundo”: a Islândia. De acordo com a autora, muitos pressupostos da teoria do apego integram os conhecimentos e conselhos sobre cuidado de crianças e bebês veiculados online na Islândia.

Outros autores salientam, porém, a importância das interações com os coetâneos e também da observação pelo bebê das interações entre educadora e o grupo como um todo, em um nível de atenção direcionada ao coletivo e não apenas individualmente (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2010; Winther-Lindqvist, 2021). Mesmo a partir de uma perspectiva mais relacionada à Teoria do Apego, estudos (Ahnert *et al.*, 2006; Ereky-Stevens, *et al.*, 2018) indicam que a sensibilidade e a responsividade do educador para com o grupo como um todo é um maior preditor de um vínculo seguro do que a responsividade/interação diádica dos educadores com relação aos bebês.

Em suma, até os dias atuais a discussão sobre a educação infantil como direito da criança, opção da família e dever do Estado, e da elaboração de políticas públicas visando aspectos como qualidade do serviço oferecido, ficam eclipsadas por questões como segurança do apego ou pela ideia da (im)possibilidade de a criança pequena vir a se apegar ou a se vincular a mais de uma figura de referência, tolhendo o papel das professoras. Conclui-se essa parte pontuando que essa preocupação em estabelecer uma única relação de referência dentro da educação infantil é uma prerrogativa ideológica, a qual não é compatível com as múltiplas possibilidades de relacionamentos que uma criança (mesmo bem pequena) é capaz de estabelecer. Esse posicionamento desconsidera as potencialidades que um ambiente como a educação infantil com pares de idade, outras configurações espaciais, relacionais e outras propostas pedagógicas pode oferecer. Ela também “desprofissionaliza” o lugar da professora de educação infantil, na medida em que ela passa a ser vista como “tia” e com características de provisão de “amor” alocadas como necessárias ao exercício de sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi estruturado de modo a discutir sobre o contexto de elaboração da Teoria de Apego de John Bowlby, suas proposições e as principais implicações no campo da infância, incluindo-se a educação infantil. Para isso, iniciou-se com uma apresentação do contexto histórico de emergência das teorias sobre a privação materna - nos séculos XIX e XX -, teorias as quais indicavam que o local considerado adequado para o cuidado da primeiríssima infância seria no seio da família e, particularmente, através dos cuidados maternos. Estes cuidados quando falhos eram tidos como responsáveis pela delinquência ou morte dessas crianças, nos discursos higienistas localizados até o período anterior à Segunda Guerra Mundial. No período pós II Grande Guerra, houve a emergência de um “higienismo psíquico”, com a preocupação de que cuidados não diretamente feitos pelas mães – vista como privação materna originária - levariam a prejuízos socioemocionais e psicopatologias.

Indica-se, assim, que o discurso de Bowlby emergiu em consonância com o contexto histórico semeado em solo inglês centrado na figura materna como responsável pela sobrevivência, além de saúde física e socioafetiva da criança. Bowlby e sua teoria não estavam isolados de seu tempo/espaço, integrando um conjunto maior de atribuição da função da mãe como organizadora psíquica e socioemocional, além de responsável pela formação da personalidade da criança. Acerca da elaboração conceitual de Bowlby, salientou-se como o autor se baseou em estudos empíricos de alguns outros autores, alguns dos quais (como Robertson) inclusive discordavam das implicações apontadas por Bowlby ao processo. Particularmente, indicou-se que ele trabalhou de forma articulada tipos de separação

muito distintos, os quais variavam desde separações por curtos períodos, passando por separações por períodos de semana e meses, até por separações permanentes, denominadas por ele como “perdas”.

No último bloco deste texto, faz-se o reconhecimento de pontos em relação aos quais a teoria agregou conhecimento, como o ligado ao relacionamento socioemocional no desenvolvimento da criança. Porém, dada a gravidade das implicações apontadas por Bowlby – com a generalização de situações de perdas permanentes mesmo em separações breves -, passaram a ser expostas algumas das repercussões da Teoria da Apego no campo dos estudos da infância, com ênfase na Educação Infantil. Questionamentos foram apontados à sua noção de monotropia, na medida em que aquela perspectiva desconsidera a importância de outros adultos além da mãe e mesmo de crianças e pares de idade nas suas formulações sobre Apego.

Por fim, foram expostos alguns eventos sócio-históricos que transcorreram de forma paralela ao momento de elaboração da Teoria de Apego – como os movimentos feministas, além de transformações econômicas na sociedade, os quais levaram à ampla inserção da mulher no mercado de trabalho. Tais eventos representavam contradições explícitas na forma de conceber o papel da mulher e o local de cuidado/educação da criança pequena, levando a conflitos de diferentes ordens. Por um lado, o compartilhamento do cuidado/educação foi visto como negativo e pernicioso, levando a angústia e culpa nos familiares, e nem sempre havendo investimento de qualidade na organização das instituições. Por outro lado, essa perspectiva diádica (monotrópica/mãe) foi transposta em várias situações para se pensar o atendimento em instituição de educação infantil que deveria se dar de forma centrada em uma figura principal (professora), sem considerar efetivamente a participação/contribuição dos coetâneos, desvirtuando e negando as especificidades das instituições.

Tais elementos indicam a necessidade de se ampliar a difusão no corpo social de outros olhares tanto de forma a destacar os direitos da mulher em sua relação com a maternidade e seu papel no mercado de trabalho, além dos direitos das crianças. Ainda, há a necessidade de desfazer transposições daquelas ideias de modo a valorizar os espaços institucionais de educação infantil em suas especificidades, de modo a caminhar cada vez mais a se promover cuidado/educação de qualidade da criança pequena em espaços coletivos.

REFERÊNCIAS⁸

- Ahnert, L., Pinquart, M., & Lamb, M. E. (2006). Security of children's relationships with nonparental care providers: A meta-analysis. *Child Development*, 77(3), 664 - 679. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2006.00896.x>
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Lawrence Erlbaum.
- Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (1999). Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena. *Psicologia, ciência e profissão*, 19(2) 64-69. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931999000200009>
- Ariès, P. (1960/1981). *História Social da Criança e da Família* (2ª ed.). LTC.

⁸ Formatadas de acordo com o Manual da American Psychology Association (7th edition).

- Armstrong, D. (1986). The invention of infant mortality. *Sociology of Health and Infancy*, 8(3), 211-32. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.1986.tb00298.x>
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (10ª ed.). Nova Fronteira.
- Belsky, J. (1988). The "effects" of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly*, 3(3), 235-272. [https://doi.org/10.1016/0885-2006\(88\)90003-8](https://doi.org/10.1016/0885-2006(88)90003-8)
- Belsky, J. (1990). The effects of infant day care reconsidered. In N. Fox & G. G. Fein (Eds.), *Infant day care: the current debate* (pp. v-xv). New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- Belsky, J. (1996). Parent, infant, and social contextual determinants of attachment theory. *Developmental Psychology*, 32(5), 905-913. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.32.5.905>
- Bowlby J. (1952). Maternal care and mental health: A report prepared on behalf of the world health organization as a contribution to the United Nations programme for the welfare of homeless children. WHO report.
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda, Vol 1. Apego*. Martins Fontes. Trabalho Original Publicado em 1969.
- Bowlby, J. (2004). *Apego e perda, Vol 2. Separação*. Martins Fontes. Trabalho Original Publicado em 1973.
- Caroli, D. (2017). The Spread of Day Nurseries in England. In D. Caroli, *Day nurseries and childcare in Europe 1800-1939* (pp. 189-224). Palgrave MacMillan.
- Clarke-Stewart, K.A. (1988). "The 'Effects' of infant day care reconsidered" reconsidered: Risks for parents, children, and researchers. *Early Childhood Research Quarterly*, 3(3), 293-318. [https://doi.org/10.1016/0885-2006\(88\)90006-3](https://doi.org/10.1016/0885-2006(88)90006-3)
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica e norma familiar* (4ª Ed.). Ed. Graal.
- Desjardins, R. (1998). *L'institutionnalisation de la pédiatrie en milieu franco-montréalais 1880- 1980: Les enjeux politiques, sociaux et biologiques* (Tese de doutorado, Département d'histoire, Universidade de Montreal).
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias* (3ª. ed.). Ed. Graal.
- Durham, E. (1983). Família e Reprodução Humana. In E. R. Durham et al., *Perspectivas Antropológicas da Mulher 3* (pp. 15-44). Ed. Zahar.
- Ereky-Stevens, K., Funder, A., Katschnig, T., Malmberg, L.-E., & Datler, W. (2018). Relationship building between toddlers and new caregivers in out-of-home childcare: Attachment security and caregiver sensitivity. *Early Childhood Research Quarterly*, 42, 270-279. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2017.10.007>
- Fox, N., & Fein, G. G. (1990). *Infant day care: The current debate*. Ablex Publishing.
- Gadelha, S. (2019). Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. In H. Resende (Org.), *O governo da Infância* (pp. 345-65). Autêntica.
- Goossens, F. A., & Van IJzendoorn, M. H. (1990). Quality of Infants' Attachments to Professional Caregivers: Relation to Infant-Parent Attachment and Day-Care Characteristics. *Child Development*, 61(3), 832-837. <https://doi.org/10.2307/1130967>

- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Spangler, G., Suess, G., & Unzner, L. (1985). Maternal sensitivity and newborns' orientation responses as related to quality of attachment in northern Germany. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50(1-2), 233–256. <https://doi.org/10.2307/3333836>
- Keller, H. (2008). Attachment—Past and Present. But What About the Future?. *Integr Psychol Behav Sci*, 42(4), 406–415. <https://doi.org/10.1007/s12124-008-9080-9>
- Keller, H. (2017). Cultural and historical diversity in early relationship formation. *European Journal of Developmental Psychology*, 14(6), 700–13. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1323630>
- Keller, H. (2018). Universality claim of attachment theory: Children's socioemotional development across cultures. *PNAS*, 115(45), 11414–11419. <https://doi.org/10.1073/pnas.1720325115>
- Kude, V. M. M. (1994). O Mito da Culpa Materna. In R. Cardoso (Org.), *É uma Mulher...* (pp. 123–137). Vozes.
- LeVine, R. A. (2014). Attachment theory as cultural ideology. In H. Otto & H. Keller (Eds.), *Different faces of attachment: Cultural variations on a universal human need* (pp. 50–65). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139226684.005>
- Lewis, M. (1994). Does attachment imply a relationship or multiple relationships? *Psychological Inquiry*, 5(1), 47–51. https://doi.org/10.1207/s15327965pli0501_9
- Lewis, M. (2005). The child and its family: The Social Network model. *Human Development*, 48(1-2), 8–27. <https://doi.org/10.1159/000083213>
- Lindenmeyer, K., & Sandin, B. (2008). National citizenship and early politics shaping “the century of the child” in Sweden and the United States. *The Journal of the History of Childhood and Youth*, 1(1), 50–62. <https://doi.org/10.1353/hcy.2008.0012>
- Moore, F. (2013). Governmentality and the maternal body: infant mortality in early twentieth-century Lancashire. *Journal of Historical Geography*, 39, 54–68. <https://doi.org/10.1016/j.jhig.2012.09.003>
- National Institute of Child Health and Human Development (NICHD). (1997). The effects of infant child care on infant-mother attachment security: results of the NICHD study of early child care. *Child Development*, 68(5), 860–879. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1997.tb01967.x>
- Rosabal-Coto, M., Quinn, N., Keller, H., Vicedo, M., Chaudhary, N., Gottlieb, A., Scheidecker, G., Murray, M., Takada, A., & Morelli, G. (2017). Real-World Applications of Attachment Theory. In H. Keller & K. Bard (eds.), *The cultural nature of attachment: Contextualizing relationships and development* (pp. 335–354). MIT Press.
- Rose, N. (1999). Adjusting the Bonds of Love. In N. Rose, *Governing the soul: The shaping of the private self* (pp. 156–81). Free Association Books.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155–64.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Oliveira, Z. M. R., Carvalho, M. I. C. & Amorim, K. S. (2010). Peer relations in Brazilian daycare centres: a new focus for early childhood education. In M. Kernan & E. Singer (Org.), *Peer relationships in early childhood education and care* (pp. 74–87). Springer.

- Scarr, S., Phillips, D., & McCartney, K. (1990). Facts, Fantasies and the Future of Child Care in the United States. *Psychological Science*, 1(1), 26-35.
- Scheidecker, G. (2019). Attachment. In J. Slaby, J., & C. von Scheve (Eds.), *Affective Societies – Key Concepts* (pp. 73-84). Routledge.
- Simonardóttir, S. (2016). Constructing the attached mother in the “world's most feminist country”. *Women's Studies International Forum*, 56, 103–112. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2016.02.015>
- Singer, E., & Wong, S. (2019). Emotional security and daycare for babies and toddlers in social-political contexts: Reflections of early years pioneers since the 1970s. *Early Child Development and Care*, 191(3), 461-474.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rocco.
- van Der Horst, F. C. P., & van Der Veer, R. (2009). Separation and divergence: The untold story of James Robertson's and John Bowlby's theoretical dispute on mother-child separation. *Journal of the History of Behavioral Sciences*, 45(3), 236-252. <https://doi.org/10.1002/jhbs.20380>
- van der Horst, F. C. P., Nelson, K. Z., van Rosmalen, L., & van der Veer, R. (2020). A tale of four countries: How Bowlby used his trip through Europe to write the WHO report and spread his ideas. *J Hist Behav Sci.*, 1-17. <https://doi.org/10.1002/jhbs.22016>
- van Dijken, S., van der Veer, R., van IJzendoorn, M. & Kuipers, H. (1998). Bowlby before Bowlby: The sources of an intellectual departure in psychoanalysis and psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 34(3), 247-269.
- Vicedo, M. (2011). The social nature of the mother's tie to her child: John Bowlby's theory of attachment in post war America. *British Society for the History of Science*, s.v., 1-26. <https://doi.org/10.1017/S0007087411000318>
- Vicedo, M. (2017). Putting attachment in its place: disciplinary and cultural contexts. *European Journal of Developmental Psychology*, 14(6), 1-16. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1289838>
- Winther-Lindqvist, D. A. (2021). Caring well for children in ECEC from a wholeness approach – The role of moral imagination. *Learning, culture and Social Interaction*, 30(B). <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2020.100452>.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Kaira Neder – Concepção e elaboração do estudo, leitura da bibliografia e análise crítica do tema, escrita do manuscrito.

Katia de Souza Amorim - Concepção e elaboração do estudo, leitura da bibliografia e análise crítica do tema, escrita do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.